



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Santa Casa de Araraquara apresenta-lhes a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e Financeiras Consolidadas, levantadas em 31 de dezembro de 2016, contendo o Parecer Favorável do Conselho Fiscal da Entidade.

Fundada em 25 de fevereiro de 1902, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara é uma instituição de saúde e educação, privada, filantrópica, credenciada como hospital de ensino. Para a atual diretoria do hospital, a Santa Casa é um patrimônio afetivo de Araraquara, com uma história centenária, que pertence à sociedade.

A atual gestão profissional de modelo flexibilizado, combina horizontalidade e compartilhamento de informações e responsabilidades na busca pela eficiência.

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), o Hospital integra a Rede Regional de Atenção à Saúde (RRAS) 13 e o Departamento Regional de Saúde (DRS) III.

É um Hospital estruturante (nível máximo) do programa Santas Casas SUS-tentáveis, referência em 20 especialidades e subespecialidades de alta complexidade para 18 municípios e cerca de 600 mil habitantes, o setor de Urgência e Emergência está inscrito na Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RAU), do Ministério da Saúde, como “Hospitalar” Tipo II.

Reconhecido por duas vezes consecutivas (2015 e 2016) como uma das melhores empresas para trabalhar em Ribeirão Preto, Araraquara e região pelo Great Place To Work (GPTW), o hospital funciona com 197 médicos, 751 funcionários (assistencial, administrativo e operacionais) e 296 estagiários (nove cursos de graduação e três cursos técnicos).

Dispõe de 185 leitos distribuídos entre urgência e emergência, hotelaria e unidade de terapia intensiva. Com capacidade para realizar 12,5 mil intervenções por ano. O novo centro cirúrgico tem oito salas, uma delas híbrida (paredes revestidas com material que protege da radiação), e 14 leitos de recuperação.

Com consultas, exames, quimioterapia, radioterapia e cirurgia, a Oncologia da Santa Casa, habilitada pelo Ministério da Saúde como Unidade de Assistência de Alta Complexidade (Unacon), atende gratuitamente, todos os meses, cerca de mil pacientes que lutam contra o câncer.

A Santa Casa de Araraquara integra o Conselho Consultivo da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), que reúne os 25 principais hospitais filantrópicos do País – a CMB, sediada em Brasília, representa 2.100 hospitais brasileiros.

É também uma das cinco instituições nomeadas pela CMB para compor o Grupo de Trabalho (GT) dos Hospitais de Ensino.

Durante o exercício de 2016, a Entidade apresentou um superávit motivado pelo incremento significativo nas receitas oriundas de Convênios não SUS, contratado pelas principais operadoras e seguradoras de saúde – Amil, Bradesco Saúde, Cassi, Maphre Saúde, Matão Clínicas, São Francisco Saúde, Sul América e Unimed Araraquara. Entretanto a Entidade atravessou grandes dificuldades em geração de caixa, em virtude da Prefeitura Municipal de Araraquara não cumprir suas obrigações contratuais.



A administração tomou várias atitudes buscando reformulações internas e externas, com o objetivo de melhorar sua capacidade operacional, melhorar seus indicadores financeiros e o mais importante, prestar assistência médico-hospitalar de qualidade.

Neste exercício foram inaugurados: Hotelaria SUS com 102 leitos totalmente reformados e equipados, Nova Hotelaria de Convênios não SUS com 42 leitos, reforma e modernização do Centro Cirúrgico, Readequação e modernização de Almoxarifado, Central de Fracionamento / Dosagem e Farmácia Central, integrando toda a cadeia de suprimentos. Através de doações da Lupo S.A, Instalação de mais 02 novos elevadores e Nova Central de Ar Comprimido e Vácuo de toda a rede de gases.

O hospital também buscou se tornar totalmente integrado pelo SOUL MV Hospitalar, sistema que “gerencia informações clínicas, assistenciais, administrativas, financeiras e estratégicas, proporcionando uma visão global da instituição”. A Santa Casa de Araraquara é o primeiro hospital filantrópico do Brasil a utilizar o MV com banco de dados hospedado na nuvem.

A entidade continuou com o credenciamentodo Hospital de Ensino, oferecendo internato para alunos de medicina da UNIARA – Centro Universitário de Araraquara mediante a celebração de convênio, buscando a formação acadêmica.

Através do Centro Integrado de Humanização, oG.T.H. Grupo de Trabalho de Humanização, promoveu ações como: Doutores Panacéia, Projeto de Cuidadores Dia do Profissional, Doação de Sangue, Bazar Interno, Dia da Hipertensão, Dia da Doação de Órgãos, entre outros; buscando sempre o desenvolvimento humanizado do Hospital.

Para o exercício de 2017, os objetivos da Entidade serão dar continuidade aos seguintes projetos:

- Ampliar / Fortalecer atendimento em Média e Alta Complexidade Hospitalar para atendimento Regional, buscando novos credenciamentos e fortalecendo a rede de atenção à saúde como integrante das linhas de cuidado para o SUS;
- Buscar Acreditação ONA (Organização Nacional de Acreditação);
- Ampliar e Modernizar a U.T.I. Adulto;
- Instalar novos Elevadores;
- Acompanhar e estabelecer metas para atendimento das exigências do Programa Santas Casas Sustentáveis;
- Inaugurar Leitos de Retaguarda;
- Readequar e Modernizar Recepção, Oncologia, Sala de descanso dos funcionários, Farmácias Satélites (Centro Cirúrgico, UTI e Emergência).

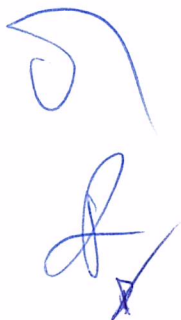
A fonte de recursos financeiros para o atendimento e alcance de todos os objetivos propostos deverão ser oriundos dos Projetos Santas Casas Sustentáveis, Programa Pró-Santas Casas, Emendas Parlamentares, Convênios não SUS, Recursos Próprios da Entidade e da Iniciativa Privada.



BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO
(Em reais)

ATIVO	Nota	2.016	2.015
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	328.236	106.194
Aplicações	5	198.333	3.378.370
Créditos Operacionais a Receber	6	19.544.303	15.104.676
(-) Provisão p/Perdas s/Créditos		(1.853.183)	(657.197)
Subvenções a Receber	7	17.790.295	7.904.940
Bens e Títulos a Receber	8	2.077.382	1.965.365
Despesas Antecipadas	9	-	3.518
TOTAL CIRCULANTE		38.085.366	27.805.866
NÃO CIRCULANTE			
Créditos Tributário e Previdenciários	10	-	55.368
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	808.887	1.515.483
Outros Créditos a Receber	12	-	1.520.000
Subvenções a Receber	07	28.464.472	-
Investimentos	13	105.864	105.864
Imobilizado	14	78.436.772	72.612.939
(-) Depreciação Acumulada		(8.908.478)	(7.330.914)
Intangível	15	382.363	111.311
Amortização Intangível		(36.060)	(16.882)
TOTAL NÃO CIRCULANTE		99.253.820	68.573.171
TOTAL DO ATIVO		137.339.186	96.379.037

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO
(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2.016	2.015
CIRCULANTE			
Provisões Técnicas	16	61.949	61.949
Prestadores Serv. Médicos	17	4.461.921	2.447.904
Contingências Cíveis e Trab.	18	58.882	656.660
Tributos e Contribuições	19	629.071	318.921
Empréstimos e Financiamentos	20	2.305.568	3.808.359
Débitos Diversos	21	11.711.748	19.797.308
Subvenções a Realizar	22	17.806.175	-
TOTAL CIRCULANTE		37.035.314	27.091.100
NÃO CIRCULANTE			
Provisões Técnicas	16	230.898	239.182
Contingências Cíveis e Trab.	18	2.156.142	1.802.384
Tributos e Contribuições	19	6.641.127	6.487.522
Empréstimos e Financiamentos	20	7.357.882	4.146.349
Débitos Diversos	21	10.292.179	8.517.503
Subvenções a Realizar	22	28.464.472	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE		55.142.701,09	21.192.940
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	24	(2.871.039)	(259.247)
Reserva de Doação		46.781.592	46.781.592
Superávit/Déficit do Exercício	24	1.250.619	1.572.652
		45.161.171	48.094.997
TOTAL DO PASSIVO		137.339.186	96.379.037

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	71.125.349	61.731.311
Receitas S.U.S.	37.132.209	35.271.245
Receitas não S.U.S. e Pacientes Particulares	20.629.665	9.114.280
Subvenções Governamentais	9.529.044	11.168.932
Receitas com Doações Diversas	2.200.604	4.517.829
Outras Receitas Operacionais	1.633.827	1.659.024
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	71.125.349	61.731.311
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(39.943.369)	(32.466.441)
(=) SUPERÁVIT BRUTO	31.181.980	29.264.870
(=) BENEFÍCIO FISCAL USUFRUÍDO - DEMONSTRAÇÃO	-	-
Contribuições ao INSS - Cota Patronal	5.333.420	4.030.764
Benefício Fiscal Usufruído	(5.333.420)	(4.030.764)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	(29.931.361)	(27.692.218)
Despesas com Pessoal	(21.452.272)	(15.855.979)
Encargos Sociais com Pessoal	(2.020.834)	(1.336.374)
Impostos e Taxas	(86.168)	(1.303)
Despesas com Serviços de Terceiros	(3.098.648)	(3.176.677)
Despesas com Localização e Manutenção	(3.319.917)	(1.932.864)
Depreciação e Amortização	(1.723.109)	(1.636.558)
Provisão para Perdas s/ Créditos	(1.374.672)	(225.189)
Outras Despesas Operacionais	(1.535.213)	(1.085.174)
(=) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	4.679.473	(2.442.101)
Receitas Financeiras	6.137.436	379.441
Despesas Financeiras	(1.457.964)	(2.821.542)
SUPERAVID/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	1.250.619	1.572.652

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



SantaCasa
Araraquara

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2888

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em reais)

	Patrimônio Social	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Superávit/Deficits Acumulados	Superávit do Exercício	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.646.296)	46.781.592	(521.063)	3.994.532	47.608.765
Ajustes Incorporados ao Patrimônio Social	(1.185.996)	-	-	-	(1.185.996)
Doações Patrimoniais	99.576	-	-	-	99.576
Superávit do Exercício Incorporado ao Patrimônio Social	3.473.469	-	-	(3.473.469)	-
Superávit Apurado no Exercício de 2015	-	-	-	1.572.652	1.572.652
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(259.247)	46.781.592	(521.063)	2.093.715	48.094.997
Ajustes Incorporados ao Patrimônio Social	(4.365.871)	-	-	-	(4.365.871)
Doações Patrimoniais	181.426	-	-	-	181.426
Superávit do Exercício Incorporado ao Patrimônio Social	1.572.652	-	521.063	(2.093.715)	-
Superávit Apurado no Exercício de 2016	-	-	-	1.250.619	1.250.619
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.871.040)	46.781.592	-	1.250.619	45.161.171

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Superávit/Déficit do Exercício	1.250.619	1.572.652
Depreciação	1.723.109	1.636.668
Baixas do imobilizado	572.782	275.579
Depreciação das Baixas	(145.545)	(70.314)
Amortização do Intangível	19.178	6.753
Ajuste de Exercícios Anteriores	(4.365.870)	(1.185.996)
Doações Patrimoniais	181.426	99.576
(=) Déficit Ajustado	(764.303)	2.334.918
(B) Acréscimo e Decréscimo nos Ativos Operacionais		
Contas a Receber	(13.128.995)	(3.727.354)
Estoque	(417.634)	(753.628)
Outros Créditos	309.134	(67.363)
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	(13.237.495)	(4.548.345)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	(26.182.507)	534.402
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	(26.182.507)	534.402
(D) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante		
Fornecedores e Honorários Médicos aPagar	3.443.586	3.319.915
Obrigações com Pessoal	786.698	667.524
Tributos e Contrib. A Recolher	310.151	(150.796)
Empréstimos e Financiamentos	(1.502.791)	559.532
Depósito de Terceiros	8.187.049	(2.984.541)
Provisões	(597.779)	237.010
Outras Obrigações	(682.700)	161.659
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	9.944.214	1.810.302
(E) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante		
Parcelamento Débitos Fiscais	153.606	59.010
Provisão para Contingência	353.758	49.265
Débitos Diversos	30.239.149	554.623
Empréstimos e Financiamentos	3.211.533	(1.169.163)
Eventos a Liquidar	(8.284)	-
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	33.949.761	(506.265)

TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)	3.709.670	(374.987)
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
(-) Aquisição do Imobilizado	(8.097.014)	(9.807.230)
(+) Aquisição imobilizado com recursos públicos	1.700.401	6.084.070
(-) Aquisição de Investimentos	-	(46.559)
(-) Aquisição de Intangível	(271.052)	(77.547)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.667.665)	(3.847.266)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
(+) Empréstimos	-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	(2.957.994,91)	(4.222.252,66)
SALDO DAS DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.484.563,85	7.706.816,51
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(2.957.994,91)	(4.222.252,66)
SALDO DAS DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	526.568,94	3.484.563,85

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO DIRETO
(Em reais)

	2016	2015
SALDO ANTERIOR	3.484.564	7.706.817
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes (+)	53.602.367	38.612.636
Recebimentos de Subvenções (+)	10.150.981	8.121.225
Recebimentos Doações (+)	762.696	3.464.250
Outros Recebimentos Operacionais (+)	1.090.424	5.239.386
Resgate de Aplicação Financeira (+)	24.708.856	19.618.616
Rendimento de Aplicação Financeira (+)	61.667	25.911
Pagamentos de Fornecedores (-)	(13.021.290)	(12.802.798)
Pagamentos de prestadores de Serviços - Terceiros (-)	(22.331.656)	(17.001.381)
Pagamentos de Pessoal (-)	(19.101.181)	(16.190.937)
Pagamentos de Tributos e Encargos Sociais (-)	(3.480.713)	(1.069.289)
Pagamentos de Contingências (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.020.807)	(3.014.835)
Aplicação Financeira (-)	(24.842.024)	(23.795.627)
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(1.869.651)	(1.582.144)
Sub Total Atividades Operacionais	3.709.670	(374.987)

Atividades de Investimento

Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)	(7.525.482)	(7.029.106)
Sub Total Atividades de Investimentos	(7.525.482)	(7.029.106)

Atividades de Financiamento

Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)	10.313.645	4.487.242
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (-)	(9.455.829)	(1.305.401)
Sub Total Atividades de financiamento	857.817	3.181.841

Saldo Total das Disponibilidades em 31/12/2016 e 31/12/2015	526.569	3.484.564
--	----------------	------------------

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

1. Contexto Operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara é uma associação civil beneficente, de finalidade não lucrativa, doravante denominada como "Entidade", declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 4.391 de 21/11/1957 pela Lei Municipal nº 797 de 4/4/1960 e pelo Decreto Federal nº 65.084 de 29/8/1969, com sede na cidade de Araraquara – SP, Avenida José Bonifácio, 794, fundada em 25 de fevereiro de 1902, com prazo de duração indeterminado.

Seus objetivos principais é a prestação de serviços na área de assistência médica e hospitalar; podendo criar ou instituir outros, quando possível, onde serão admitidos interna e externamente para tratamento, pessoas de qualquer condição social, com ou sem recursos, respeitados os princípios cristãos, beneficentes e humanitários, na acepção legal do termo, sendo sempre observado, quanto ao seu tratamento, à capacidade operacional disponível, na forma da legislação em vigor.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pela Lei 6.404/76, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, excetuando os CPC's: 11 – Contratos de Seguro; 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola; 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais; 35 – Demonstrações Separadas; 44 – Demonstrações Combinadas e o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Escrituração contábil atende às Resoluções números 750/93 e 1409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 publicada no DOU de 02/09/15 a qual trata de aspectos contábeis específicos a Entidades sem Finalidades de Lucros.

a Moeda funcional e moeda de apresentação

Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior, apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

b Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

a **Apuração do déficit e superávit**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços prestados.

b **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos da conta caixa e Bancos contas depósitos, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c **Contas a receber**

São apresentadas aos valores presente e de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

d **Estoque**

Os estoques de medicamentos, materiais hospitalares e de almoxarifados foram inventariados no final do exercício e estão avaliados pelo custo médio que não supera o valor de mercado;

e **Ativo Imobilizado**

Os bens imobilizados são registrados e demonstrados contabilmente pelo custo de aquisição, deduzidos os respectivos encargos de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07, tópico apresentação da subvenção no Balanço, item 27, deduzindo a contrapartida do próprio ativo recebido como subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, que pode ser nulo.

f **Empréstimos e financiamentos**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

g **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

h **Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

k Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Fundação questionou a inconstitucionalidade de tributos.

l Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

m Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e indireto.

n Receitas e Despesas

As despesas e receitas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. Os recursos financeiros recebidos pela Entidade de órgãos governamentais destinados a custeio e investimentos são devidamente aplicados de acordo com o objeto do Termo Aditivo e/ou Convênio firmado e feita a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor. São reconhecidas no resultado observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

4. Disponível

Reapresentado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento.

Descrição	2016	2015
Caixa	3.062	6.796
Valores em Transito	900	720
Bancos c/ Restrições	2.123	57.005
Bancos s/ Restrições	320.254	41.673
Cartão	1.897	-
	328.236	106.194

5. Aplicações Financeiras

São registradas pelos respectivos valores de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Descrição	2016	2015
Aplicações c/ Restrições	-	1.203.893
Aplicações Livres	198.333	2.174.477
	198.333	3.378.370

6. Créditos Operacionais de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde

Descrição	2016	2015
	Circulante	Circulante
Sistema Único de Saúde SUS	6.085.924	5.309.105
Prefeitura Municipal de Araraquara	7.399.688	5.480.000
Incentivos a Receber	1.265.982	1.071.401
Convênios a Receber não SUS	4.792.709	3.244.170
(-) Provisão p/ Perdas s/ Créditos	-1.853.183	-657.197
	17.691.120	14.447.479

Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, Convênios não SUS e Particulares, Incentivos, Contratos e Subvenções a Receber.

O valor de R\$ 6.085.923,84 da rubrica Sistema Único de Saúde – SUS, representa a produção efetivamente apresentada pela Entidade das internações e atendimentos ambulatoriais prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, e reconhecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Araraquara.

O valor de R\$ 7.399.688,04 da rubrica Prefeitura Municipal de Araraquara, é composto pelos valores do Incentivo Municipal (Pró-Santa Casa), no valor de R\$ 1.035.819,84 (competência 01/2015 a 12/2016) e parcelas a receber referente ao acordo judicial firmado através dos processos de número 020814-39.2011.8.26.0037 e 1009111-89.2014.8.26.0037, datado de 21/07/2015, no valor de R\$ 6.363.868,20.

Valores a receber de Convênios não SUS e Particulares, no valor de R\$ 4.792.709,24.

Valores a receber do Incentivo a Contratualização Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS e do programa RUE – Rede de Urgência e Emergência, no valor de R\$ 1.265.981,51

A provisão para perdas sobre créditos (PPSC) é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade dos créditos vencidos a mais de 90 dias, com estimativa de provável realização.

7. Subvenções Governamentais

Descrição	2016	2015
Subvenções a Receber	46.254.767	7.904.940
Circulante	17.790.295	
Não Circulante	28.464.472	

Valores a Receber da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo referente aos Convênios 392/2016 e 630/2016 Santas Casas Sustentáveis e Convênios 304/2016 e 622/2016 Pró Santas Casas II, ambos totalizando o valor de R\$ 46.254.767.

8. Bens e Títulos a Receber

Registrarmos nesta rubrica valores dos Estoques de materiais de consumo, adiantamentos concedidos a funcionários e fornecedores.

Modalidade	2016	2015
Adiantamento a Funcionários	104.428	128.441
Adiantamento a Fornecedores	433.295	714.898
Estoques	1.539.659	1.122.026
Total	2.077.382	1.965.365

8.1 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. Em 31/12/2016 estavam assim constituídos:

Descrição	2016	2015
Drogas e Medicamentos	884.958	780.967
Material de Limpeza	40.266	5.149
Material de Escritório	43.162	19.776
Material Hospitalar	541.388	306.382
Utensílios de Cozinha	1.232	2.016
Segurança do Trabalho	16.270	-
Rouparia	644	1.579
Produtos Químicos	5.978	2.142
Material de Consumo	5,761	4.015
	1.539.659	1.122.026

9. Despesas Antecipadas

Correspondem às coberturas dos bens móveis e imóveis da Entidade durante o exercício de 2016. Para o exercício de 2017, a administração da entidade decidiu por não renovar a apólice de seguros dos bens móveis e imóveis.

10. Créditos Tributários e Previdenciários

A Entidade realizou durante o exercício de 2016, os créditos provisionados nos exercícios anteriores.

11. Depósitos Judiciais e Fiscais

Refere-se a valores bloqueados pela justiça em conta corrente da Entidade, para fazer face a ações trabalhistas e cíveis.

Descrição	2016	2015
Depósitos Judiciais e Fiscais	808.887	1.515.484

12. Prefeitura Municipal de Araraquara

Parcelas a receber da Prefeitura Municipal de Araraquara, referente ao acordo firmado através dos processos número 020814-39.2011.8.26.0037 e 1009111-89.2014.8.26.0037, datado de 21/07/2015, no valor de R\$ 1.520.000,00, transferido para o ativo circulante.

13. Investimentos

Descrição	2016	2015
Distribuição de Sobras – SICRED	105.864	105.864

14. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Imobilizado estava assim constituído.

ATIVO ADQUIRIDOS COM RECURSOS PRÓPRIOS E DOAÇÕES PRIVADAS						
Descrição	Saldo Acumulado	Aquisições Rec. Próprio	Baixas Imobilizado	Aquisições Rec. Governamental	(-) Aquisições Rec. Governamental	Saldo Final Acumulado
Terrenos	2.284.703					2.284.703
Terrenos - Reavaliação	33.910.981					33.910.981
Edificações e Benfeitorias	8.623.237					8.623.237
Edificações e Benfeitorias - Reavaliação	14.474.172					14.474.172
Instalações	338.154	571.112				909.266
Maquinas e Equipamentos	9.138.636	350.287	- 492.678			8.996.245
Equip. Processamento Dados	534.853	378.695	- 2.044			911.504
Móveis e Utensílios	2.193.994	931.036	- 59.993			3.065.037
Veículos	245.123					245.123
Imobilizações em Curso	560.040	3.794.811	- 1.650			4.353.201
Bens de Pequeno valor	297.020	335.474	- 365			632.129
Total Recursos Próprios	72.600.913	6.361.415	- 556.730			78.405.598

ATIVO ADQUIRIDOS COM RECURSOS GOVERNAMENTAIS						
Descrição	Saldo Acumulado	Aquisições Rec. Próprio	Baixas Imobilizado	Aquisições Rec. Governamental	(-) Aquisições Rec. Governamental	Saldo Final Acumulado
Edificações e Benfeitorias - Subvenções	2.111.060					2.111.060
(-) Edificações e Benfeitorias - Subvenções	- 2.111.060					- 2.111.060
Máquinas e Equip. Subvenções	406.289					406.289
(-) Máquinas e Equip. Subvenções	- 406.289					- 406.289
Móveis e Utensílios - Subvenções	33.818					33.818
(-) Móveis e Utensílios - Subvenções	- 31.378					- 31.378
Imobilizações em Curso - Subvenções	8.953.627			2.536.512	- 2.517.365	8.972.774
(-) Imobilizações em Curso - Subvenções	- 8.944.040					- 8.944.040
Total Recursos Governamentais	12.027			2.536.512	- 2.517.365	31.174
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	72.612.940	6.361.415	- 556.730	2.536.512	- 2.517.365	78.436.772

DEPRECIÇÃO ACUMULADA						
Descrição	Saldo Acumulado	Baixas	Deprec. Exerc.	Saldo em 31/12/2016		
Depreciação Edificações	- 3.294.988		859.489	- 4.154.477		
Depreciação Máquinas	- 1.686.893	125.778	561.287	- 2.122.402		
Depreciação Móveis	- 408.568	17.913	223.647	- 614.302		
Depreciação Veículos	- 165.719		22.582	- 188.301		
Depreciação Informática	- 171.184	1.854	56.104	- 225.433		
Depreciação Máq./Equip. - Reavaliação	- 1.679.675			- 1.679.675		
Depreciação Informática - Reavaliação	- 196.602			- 196.602		
Depreciação Móveis - Reavaliação	295.495			295.495		
Depreciação Veículos - Reavaliação	- 22.781			- 22.781		

Total	- 7.330.914	145.545	1.723.109	- 8.908.478		
--------------	--------------------	----------------	------------------	--------------------	--	--

Valor Líquido do Imobilizado	65.282.026	6.361.415	- 411.185	2.536.512	- 794.256	69.528.294
-------------------------------------	-------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	-------------------

15. Intangível

Descrição	2016	2015
Licença de uso de Software	346.303	94.429

16. Provisões Técnicas

Montante referente ao ressarcimento ao SUS incluídos em Parcelamento Extraordinário e Ordinário devidamente deferido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ressarcimento ao SUS	61.949	230.898	61.949	239.182
Total	61.949	230.898	61.949	239.182

17. Débitos de Operações de Assistência a Saúde

Registra os valores a pagar aos prestadores de honorários e serviços médicos.

Descrição	2016	2015
Prestadores Serviços	4.461.921	2.447.904
	4.461.921	2.447.904

18. Contingências Cíveis e Trabalhistas

A Entidade é parte envolvida (pelo passivo) em ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contingências Cíveis	5.600	1.626.179	-	1.802.384
Contingências Trabalhistas	53.282	529.963	656.660	-
Total	58.882	2.156.142	656.660	1.802.384

19. Tributos e Contribuições Sociais

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS	14.112	-	13.688	-
Taxa Saúde Suplementar	16.947	53.665	-	-
INSS Recolher	145.641	-	130.776	-
IRRF a Recolher	185.306	-	98.739	-
COFINS/PIS/CSLL a Recolher	160.629	-	75.718	-
INSS Parcelado	-	-	-	-
FGTS Parcelado	106.436	1.400.712	-	1.568.863
IRRF Parcelado	-	-	-	-

CSRF Parcelado	-	-	-	-
PROSUS	-	12.348.178	-	4.918.659
PROSUS (REMISSÃO)	-	-7.107.763	-	-
	629.071	6.641.127	318.921	6.487.522

Os valores constantes no passivo circulante a recolher se referem a tributos e contribuições correntes, onde os recolhimentos foram feitos durante o mês de janeiro de 2017.

Os valores de FGTS se referem a parcelamento efetuado junto a Caixa Econômica Federal, com vigência pelo período de 09/12/2007 a 09/11/2027, prazo de 240 parcelas.

PROSUS

A Entidade ingressou com requerimento de adesão ao PROSUS em 04/07/2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24/10/2013, onde obteve sua inclusão através da Portaria n. 893 de 15/09/2014. No dia 31/10/2014, a Entidade protocolizou junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União, requerimento de moratória dos débitos tributários e previdenciários alcançados pelo programa PROSUS.

Dos débitos tributários e previdenciários incluídos no PROSUS, a Entidade já tem reconhecido e consolidado junto a estes órgãos, o valor de R\$ 12.348.178 (doze milhões, trezentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e oito reais). De acordo com o Art. 40 da Lei 12.873 de 2014, o montante recolhido anualmente a título de tributos correntes implicará remissão, no mesmo valor, das dívidas incluídas na moratória. A Entidade efetuou durante os exercícios de 2014 a 2016, pós moratória, recolhimentos de tributos correntes no valor de R\$ 7.107.762,93 (sete milhões, cento e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa e três centavos).

20. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	2016		2015	
	Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
BNDES	634.344	1.465.051	629.814	2.099.408
Banco Santander	1.677.201	6.708.804	-	-
(-) Encargos Financeiros	-577.201	-2.308.805		
Caixa Econômica Federal	17.194	0	2.874.272	-
Banco Santander	909.161	1.818.321	909.161	2.727.482
(-) Encargos Financeiros	-355.121	-325.490	- 604.887	- 680.541
Total	2.305.578	7.357.882	3.808.359	4.146.349

Recursos captados junto a Instituições Financeiras, destinados a capital de giro e alongamento de dívidas da Entidade. São garantidos por avais e cessão de direitos creditórios ao SUS, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do Balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

21. Débitos Diversos

Descrição	2016		2015	
	Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante



Obrigações com Pessoal	3.373.757		2.587.059	-
Fornecedores	7.559.852	10.292.179	6.130.283	8.517.503
Depósitos de Terceiros	515.698		10.134.824	-
Outros Débitos a Pagar	262.442		945.142	-
Total	11.711.749	10.292.179	19.797.308	8.517.503

As obrigações com pessoal são os salários, encargos sociais e provisão de férias dos colaboradores da Entidade. Trata-se de compromissos assumidos com fornecedores de materiais e serviços.

Os valores apresentados como fornecedores, são referentes as contas a pagar com posição em 31.12.2016, validado através de cartas de circularização. Representam os acordos em andamento com previsão de liquidação, divididos em parcelas fixas. Existem em andamento outros processos com fornecedores em discussão judicial, com objetivo de efetuar o parcelamento da dívida. Outros Débitos a Pagar são compromissos assumidos com o DAAE, CPFL, ANS e outros de pequeno valor, onde a Entidade tem firmado parcelamentos desses débitos.

22. Subvenções a Realizar

As Subvenções Governamentais são registrados recursos financeiros destinados a custeio e investimentos, assinados entre a Entidade e os Órgãos Governamentais. Os valores recebidos através destes convênios são devidamente aplicados de acordo com o objeto do mesmo, e feita a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor. São reconhecidos no resultado do exercício, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

23. Passivos Contingentes

Encontra-se em questionamento 28 ações cíveis, federais e trabalhistas. Os valores estimados das ações são de aproximadamente R\$ 7.601.035,07. A Administração da Entidade suportada pela assessoria jurídica entende que as possibilidades de ganho são classificadas como possíveis, motivo pelo qual não efetuou provisão nas demonstrações financeiras, sendo somente divulgada em notas explicativas.

Qtde.	DESCRIÇÃO	GRAU DE RISCO	2016
23	Cível - Réu	Possível	5.330.040
4	Tributária - Réu	Possível	2.220.995
1	Trabalhistas Reclamada	Possível	50.000
28	TOTAL	Possível	7.601.035

24. Patrimônio Social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, somando ou subtraído pelos superávits ou déficits acumulados, conforme determina a legislação vigente.

A Entidade procedeu durante o exercício de 2016, Ajustes de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 4.365.870,49 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos), referente à atualização de débitos tributários e previdenciários inclusos no PROSUS, retificando um erro imputável a exercícios anteriores.

O superávit do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.572.651,96 (hum milhão, quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), foi incorporado ao Patrimônio Social.



O superávit do exercício de 2016, no valor de R\$ 1.250.618,97 (hum milhão, duzentos e cinquenta mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e sete centavos), será incorporado ao Patrimônio Social quando da aprovação do Balanço.

25. Contas de Resultado

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência do exercício, e são provenientes da prestação de serviços médico hospitalares a pacientes particulares de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS e Convênios Não SUS. Outra fonte de receitas são as Doações recebidas por pessoas físicas e jurídicas, e de doações recebidas a título de Subvenção dos órgãos governamentais, programa nota fiscal paulista, e outras receitas diversas.

As despesas estão sendo apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

26. Subvenções e Doações

Subvenções e Doações	2016	2015
Subvenções Municipais	517.910	517.910
Subvenções Estadual	9.011.134	10.651.022
Total Subvenções	9.529.044	11.168.932
Doações Diversas	2.200.604	4.517.829
Total Subvenções e Doações	11.729.648	15.686.761

Os recursos financeiros recebidos pela Entidade de órgãos governamentais destinados a custeio são devidamente aplicados de acordo com o objeto do Convênio firmado e feita a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, na forma da legislação em vigor. Foi reconhecido no resultado observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

27. Demonstrativo dos Tributos e Contribuições Previdenciárias Usufruídas

São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções tributárias e previdenciárias usufruídas, como se devido fossem, e gozadas durante o exercício.

Folha de Pagamento - Assalariados

MÊS	Exercício de 2016			Exercício de 2015		
	Salário de Contribuição	Contribuição Empresa	Contribuição Outros	Salário de Contribuição	Contribuição Empresa	Contribuição Outros
Janeiro	1.286.601	257.320	100.355	954.534	190.907	74.454
Fevereiro	1.277.705	255.541	99.661	949.855	189.971	74.089
Março	1.297.482	259.496	101.204	970.138	194.028	75.671
Abril	1.325.732	265.146	103.407	961.536	192.307	75.000
Maior	1.336.131	267.226	104.218	995.603	199.121	77.657
Junho	1.408.896	281.779	109.894	1.068.809	213.762	83.367



Julho	1.476.906	295.381	115.199	1.082.541	216.508	84.438
Agosto	1.488.427	297.685	116.097	1.109.549	221.910	86.545
Setembro	1.552.031	310.406	121.058	1.139.209	227.842	88.858
Outubro	1.548.835	309.767	120.809	1.178.456	235.691	91.920
Novembro/13º	2.147.691	429.538	167.520	1.672.904	334.581	130.486
Dezembro/13º	2.242.134	448.427	174.886	1.764.514	352.903	137.632
Total	18.388.571,39	3.677.714,28	1.434.308,57	13.847.649,00	2.769.529,80	1.080.116,62

Folha de Pagamento - Autônomos

MÊS	Exercício de 2016			Exercício de 2015		
	Salário de	Contribuição	Contribuição	Salário de	Contribuição	Contribuição
	Contribuição	Empresa	Outros	Contribuição	Empresa	Outros
Janeiro	95.847	19.169	-	103.327	20.665	-
Fevereiro	99.800	19.960	-	-	-	-
Março	107.651	21.530	-	97.565	19.513	-
Abril	103.411	20.682	-	15.441	3.088	-
Maio	76.140	15.228	-	129.046	25.809	-
Junho	79.307	15.861	-	20.798	4.160	-
Julho	76.206	15.241	-	157.075	31.415	-
Agosto	80.545	16.109	-	74.641	14.928	-
Setembro	87.002	17.400	-	96.998	19.400	-
Outubro	94.450	18.890	-	23.453	4.691	-
Novembro/13º	28.000	5.600	-	92.853	18.571	-
Dezembro/13º	178.625	35.725	-	94.391	18.878	-
SOMA	1.106.984,41	221.396,88	-	905.587,66	181.117,53	-

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS
 COFINS 3%

2016
 1.356.892

2015
 866.758

28. Atendimento ao SUS

Como observância ao limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, inciso II, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e regulamentações posteriores, para fins de manutenção do Certificado de Entidade Filantrópica, a Entidade demonstra o efetivo atendimento a usuários do SUS, acima de 60%. Os atendimentos e procedimentos ambulatoriais podem ser incorporados a prestação de serviços ao SUS no percentual máximo de 10%, conforme demonstrativo abaixo:

Atendimentos Ambulatoriais		2016		2015	
Descrição		Quant.	%	Quant.	%
Atendimento Ambulatorial - SUS		330.283	94	315.724	95
Outros Convênios e Particular		20.696	6	16.970	5
Total		350.979	100	332.694	100

Internações (paciente/ dia)	Descrição	Quant.	%	Quant.	%
SUS		37.002	78	33.545	89
Convênios/Particulares – não SUS		10.455	22	4.063	11
Total		47.457	100	37.608	100



A entidade tem formalizado através de instrumento contratual ações prioritárias de serviços prestados ao SUS ao município as redes de atenção a saúde, conforme portaria 1.467 de 24/10/2016. São elas:

- Oncologia;
- Urgência e Emergências;
- Hospital de Ensino;

29. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, e oficializou o pedido de renovação do certificado no dia 13/10/2014, através do processo n. 25000.190215/2014-48, baseado no parágrafo 2º, do artigo 24, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009.

No dia 25/10/2016, foi publicada a Portaria n. 1.467, de 24/10/2016, deferindo a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de saúde, com validade pelo período de 23/11/2014 a 22/11/2017.

30. Remuneração da Administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, a todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Entidade está a cargo de uma diretoria eleita pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal composta por membros eleitos pela Assembléia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos. O mandato dos membros da Mesa Diretoria é de quatro anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelo serviço prestado.

31. Aspectos Fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem adisposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso apresentem determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames de autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos) consoantes a legislação aplicável a cada circunstância.



32. Gerenciamento de Risco

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

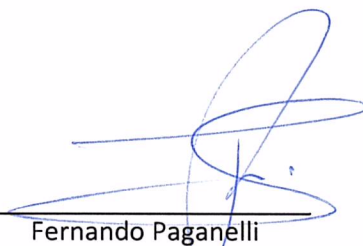
O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

33. Instrumentos Financeiros

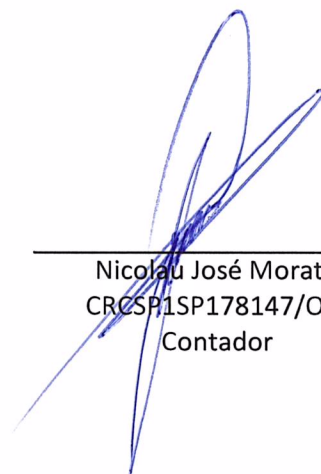
Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.



Valter Curi Rodrigues
CPF: 011.958.918-49
Provedor



Fernando Paganelli
CPF: 111.899.018-89
Diretor Tesoureiro

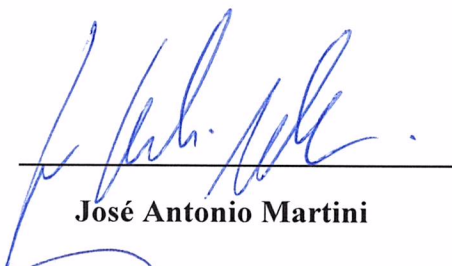


Nicolau José Morato
CRCSP1SP178147/O-0
Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, abaixo assinados, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, ao examinar as Demonstrações Contábeis, Fiscais e Patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em consonância com o Parecer favorável dos auditores independentes, e tendo encontrado tudo em perfeita ordem e exatidão, é de parecer favorável de que as referidas demonstrações mereçam integral aprovação.

Araraquara/SP 24 de março de 2017



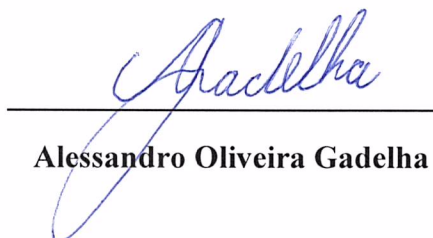
José Antonio Martini



Guilherme Focchi Haddad



Luiz Roberto de Toledo Ramalho



Alessandro Oliveira Gadelha



AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Administradores da**

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA.
CNPJ: 43.964.931/0001-12**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinado, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 02 de março de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade



AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bebedouro-(SP), 24 de março de 2017.


MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0

